SUMÁRIO

Agradecimentos (2ª edição) VII
Agradecimentos (1ª edição) IX
Nota do autor XI
Abreviaturas XIII
Prefácio (1ª edição) XXXI
1. Introdução 1
2. Estado e direito 5
2.1. Estado 5
2.2. As Declarações de Direitos 6
2.3. A Constituição 7
2.4. Direito 9
2.5. Estado de Direito 10
2.6. Direitos e garantias 15
3. Formas de proteção dos direitos individuais 19
3.1. França 21
3.2. Inglaterra 25
3.3. Estados Unidos 29
3.4. México 34
3.5. *Writs* constitucionais no Brasil 41
4. *Habeas corpus* 43
4.1. Origem e fundamento legal 43
4.2. Conceito e natureza jurídica 45
4.3. Espécies: liberatório ou repressivo e preventivo 46
4.4. Legitimidade ativa 47
4.5. Legitimidade passiva — autoridade coatora 51

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.6. Condições de admissibilidade para a impetração 53
4.7. Coação ilegal 58
4.7.1. Falta de justa causa 58
4.7.2. Excesso de prazo da prisão 74
4.7.3. Incompetência do coator 79
4.7.4. Cessação do motivo da coação 80
4.7.5. Inadmissibilidade da fiança 80
4.7.6. Processo manifestamente nulo 81
4.7.7. Extinção da punibilidade 87
4.8. Restrições: estado de sítio e transgressões disciplinares 88
4.9. Competência originária e recursal 91
4.10. Impetração 95
4.11. Fungibilidade 98
4.12. Processamento 99
4.13. Nova impetração e reiteração do pedido 102
4.14. Liminar 104
4.15. Julgamento e efeitos 105
4.16. Recursos 107
5. *Habeas data* 111
5.1. Origem, fundamento e importância 111
5.2. Conceito e objeto 115
5.3. Direito a ser tutelado 117
5.4. Casos concretos de impetração 124
5.5. Auto-aplicabilidade 130
5.6. Procedimento extrajudicial 131
5.7. A ação de *habeas data* 135
5.7.1. Natureza jurídica 135
5.7.2. Condições da ação 136
5.7.3. Pressupostos processuais 137
5.8. O processo de *habeas data* 138

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.8.1. Legitimidade ativa 138
5.8.2. Legitimidade passiva 141
5.8.3. Competência 142
5.8.4. Petição inicial 145
5.8.5. Notificação e informações 148
5.8.6. Liminar e tutela antecipada 148
5.8.7. Ministério Público 150
5.8.8. Sentença 150
5.8.9. Recursos 152
5.8.10. Outras questões procedimentais 154
6. Mandado de segurança individual 159
6.1. Evolução histórica e legislativa 159
6.1.1. Terminologia e origem 159
6.1.2. Período colonial — seguranças reais 160
6.1.3. Independência 161
6.1.4. Interditos 163
6.1.5. Lei n. 221, de 20-11-1894 165
6.1.6. Teoria brasileira do *habeas corpus* 166
6.1.7. Evolução legislativa 168
6.2. Conceito, objeto e espécies 180
6.2.1. Conceito 180
6.2.2. Objeto 182
6.2.3. Espécies: repressivo e preventivo 185
6.2.4. Caráter residual 189
6.3. Pressupostos constitucionais 189
6.3.1. Direito líquido e certo 191
6.3.1.1. Considerações preliminares 191
6.3.1.2. Conceito e características 192
6.3.1.3. Condição especial da ação 196
6.3.1.4. Prova dos fatos 199

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3.2. Ilegalidade e abuso de poder 204
6.3.3. Ato de autoridade e autoridade responsável..... 207
6.3.4. Omissão da autoridade 212
6.4. Restrições 214
6.4.1. Ato de que caiba recurso administrativo e esgotamento das vias administrativas 215
6.4.2. Ato judicial 218
6.4.3. Coisa julgada 231
6.4.4. Ato disciplinar 234
6.4.5. Lei em tese 237
6.4.6. Deliberações legislativas 240
6.4.6.1. Atos *interna corporis* do Poder Legislativo..... 240
6.4.6.2. Processo legislativo 242
6.4.7. Mérito do ato administrativo 246
6.5. O mandado de segurança e os diversos ramos do direito 247
6.5.1. Direito administrativo 248
6.5.2. Direito tributário..... 248
6.5.2.1. Hipóteses genéricas de cabimento da segurança..... 249
6.5.2.2. Impetração preventiva..... 253
6.5.2.3. Compensação tributária 254
6.5.2.4. Consulta fiscal 256
6.5.3. Direito penal e processual penal 257
6.5.4. Direito do trabalho e processo do trabalho 264
6.5.5. Direito processual civil — aplicação subsidiária do CPC ao mandado de segurança 269
6.6. Interpretação 272
6.7. A ação de mandado de segurança..... 276
6.7.1. Natureza jurídica..... 276
6.7.2. Condições da ação 283

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.7.2.1. Possibilidade jurídica do pedido 284
6.7.2.2. Legitimidade 284
6.7.2.3. Interesse 288
6.7.3. Pressupostos processuais 288
6.7.4. Indeferimento, carência, concessão e denegação .. 290
6.7.5. Desistência da ação 293
6.8. O processo de mandado de segurança 295
6.8.1. Evolução normativa 295
6.8.2. Partes 297
6.8.2.1. Impetrante 298
6.8.2.2. Impetrado — autoridade coatora 302
6.8.2.3. Sujeito passivo 308
6.8.2.4. Ministério Público 311
6.8.2.5. Litisconsórcio 316
6.8.2.5.1. Generalidades 316
6.8.2.5.2. Litisconsórcio ativo 317
6.8.2.5.3. Litisconsórcio passivo 319
6.8.2.5.4. Litisconsórcio necessário 322
6.8.2.5.5. Litisconsórcio passivo entre juiz e terceiro 326
6.8.2.5.6. Litisconsórcio facultativo próprio (ou simples) e facultativo impróprio 327
6.8.2.6. Assistência 328
6.8.3. Competência 331
6.8.3.1. Noções preliminares 331
6.8.3.2. Conexão e continência 334
6.8.3.3. Supremo Tribunal Federal 335
6.8.3.4. Superior Tribunal de Justiça 336
6.8.3.5. Justiça Federal 337
6.8.3.6. Justiça Eleitoral 339

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.8.3.7. Justiça do Trabalho 340
6.8.3.8. Justiça Estadual 341
6.8.3.9. Juizados Especiais 342
6.8.4. Da petição inicial 348
6.8.4.1. Noções preliminares 348
6.8.4.2. Causa de pedir 350
6.8.4.3. Valor da causa 357
6.8.4.4. Do despacho inicial do juiz 361
6.8.4.5. Indeferimento da inicial 362
6.8.5. Notificação, citação, informações e revelia 365
6.8.6. Liminar 372
6.8.6.1. Evolução legislativa e fundamento jurídico 372
6.8.6.2. Natureza jurídica 373
6.8.6.3. Requisitos, concessão e denegação 376
6.8.6.4. Comunicação da concessão da liminar pela autoridade coatora 378
6.8.6.5. Denegação ou concessão da medida — impetração de outra segurança 379
6.8.6.6. Deferimento e indeferimento da liminar — recursos 380
6.8.6.7. Restrições normativas à concessão 383
6.8.6.8. Exigência de caução 387
6.8.6.9. Revogação da liminar 389
6.8.6.10. Suspensão da execução da liminar 390
6.8.6.11. Prazo de eficácia da liminar 395
6.8.6.12. Denegação da segurança pela sentença e liminar 396
6.8.6.13. Cassação da liminar e eficácia do ato impugnado 398
6.8.6.14. Responsabilidade civil e liminar 398
6.8.7. Tutela antecipada e mandado de segurança 399

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.8.8. Prazo para impetração do mandado de segurança 403
6.8.8.1. Natureza jurídica do prazo 404
6.8.8.2. Da constitucionalidade do prazo 408
6.8.8.2.1. Fundamento doutrinário e jurisprudencial 408
6.8.8.2.2. Características do prazo 411
6.8.8.3. Inconstitucionalidade do prazo 417
6.8.9. Férias forenses 431
6.8.10. Sucumbência 435
6.8.10.1. Despesas 435
6.8.10.2. Honorários advocatícios 437
6.8.10.3. Litigância de má-fé 446
6.8.11. Sentença 448
6.8.11.1. Generalidades 448
6.8.11.2. Coisa julgada 451
6.8.11.3. Perda do objeto 453
6.8.12. Recursos 454
6.8.12.1. Noções preliminares 455
6.8.12.2. Recurso voluntário e *ex officio* 456
6.8.12.3. Legitimidade recursal 459
6.8.12.4. Fungibilidade recursal 462
6.8.12.5. Prazos 463
6.8.12.6. Recurso principal e adesivo 466
6.8.12.7. Espécies 466
6.8.12.7.1. Apelação 467
6.8.12.7.2. Agravo 469
6.8.12.7.3. Embargos de declaração 475
6.8.12.7.4. Recurso ordinário 477
6.8.12.7.5. Embargos de divergência 482
6.8.12.7.6. Embargos infringentes 482

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.8.12.7.7. Recurso especial 486
6.8.12.7.8. Recurso extraordinário 488
6.8.12.8. Uniformização da jurisprudência 492
6.8.12.8.1. Generalidades..... 492
6.8.12.8.2. Súmulas do Supremo Tribunal Federal 496
6.8.12.8.3. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça 499
6.8.12.8.4. Súmulas do Tribunal Federal de Recursos 499
6.8.13. Execução 499
6.8.13.1. Características 499
6.8.13.2. Execução provisória da sentença..... 502
6.8.13.3. Restrições e suspensão da execução provisória 505
7. Mandado de segurança coletivo 509
7.1. Objetivo do instituto 509
7.2. Autonomia ou vinculação com a segurança tradicional 510
7.3. Auto-aplicabilidade 514
7.4. Pressupostos constitucionais 517
7.5. Objeto 519
7.5.1. Direitos e interesses 520
7.5.2. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos..... 521
7.5.3. Defesa jurídica..... 524
7.6. Impetração preventiva..... 537
7.7. Restrições 538
7.8. Hipóteses de cabimento 542
7.9. O processo do mandado de segurança coletivo 545
7.10. Legitimidade ativa 546
7.10.1. Associação, entidade de classe e organização sindical 547

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

7.10.1.1. Fundamento e características 547
7.10.1.2. Autorização dos filiados 549
7.10.1.3. Delimitação e discriminação dos beneficiários 554
7.10.1.4. Legitimação concorrente e disjuntiva .. 561
7.10.1.5. Impetração por entidades variadas 562
7.10.1.6. Requisitos exigidos 563
7.10.2. Partido político 565
7.10.2.1. Alcance da legitimação 565
7.10.2.2. Representação em juízo 571
7.10.3. Enumeração taxativa do art. 5º, LXX, da CF e Ministério Público 571
7.10.4. Dúvida sobre a legitimidade 576
7.11. Litisconsórcio ativo e assistência litisconsorcial 577
7.12. Competência 578
7.13. Litispendência 579
7.14. Liminar 583
7.15. Coisa julgada 584
7.16. Execução 589
8. Mandado de injunção 591
8.1. Antecedentes 591
8.2. Conceito 595
8.3. Objeto 596
8.4. Pressupostos da impetração 602
8.4.1. Norma constitucional de eficácia imediata 603
8.4.2. Norma regulamentadora 604
8.4.3. Omissão normativa e mora 607
8.5. Procedimento do mandado de injunção 609
8.5.1. Auto-aplicabilidade 609
8.5.2. Natureza jurídica 610
8.5.3. Rito procedimental 611

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

8.5.4. Partes 612
8.5.4.1. Legitimidade ativa 612
8.5.4.2. Legitimidade passiva 614
8.5.4.3. Intervenção de terceiros 617
8.5.4.4. Ministério Público 617
8.5.5. Competência 618
8.5.6. Petição inicial 622
8.5.7. Informações 623
8.5.8. Liminar 623
8.5.9. Sentença 625
8.5.10. Recursos 636
8.5.11. Execução 637
8.5.12. Outras questões procedimentais 638
8.6. Mandado de Injunção e outras ações constitucionais 639
8.7. Mandado de Injunção Coletivo 642

Referências bibliográficas 645
Índice Alfabético e Remissivo 667

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br